



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ**

Processo: 0000776-12.2023.8.16.0183

Recuperandas: Grupo Translaura

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seu representante legal e profissional responsável, nos termos do artigo 21, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, **Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES**, igualmente já qualificado, nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

I – DA NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO DE INTIMAÇÕES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Em consonância com o que nos autos, denota-se que:

- i) na data de 05/05/2023 as Recuperandas apresentaram o seu pedido de Recuperação Judicial;
- ii) em primeira decisão proferida nos autos, datada de 29/05/2023, este d. Juízo entendeu pela necessidade de realização de constatação prévia, a fim de que houvesse vistoria técnica qualificada para análise do pedido formulado pelas Requerentes, nomeando esta Administradora Judicial para a realização dos trabalhos (cf. item 3, b, da decisão de mov. 17.1);

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



iii) em cumprimento à decisão retromencionada, a Serventia deste Juízo promoveu a habilitação provisória do representante legal da AJ nomeada como perito, expedindo a competente intimação acerca da decisão prolatada (cf. movs. 18 e 19);

iv) devidamente intimada, a AJ aceitou a nomeação em 05/06/2023 (mov. 21.1);

v) a constatação prévia foi apresentada pela AJ em 06/06/2023, concluindo, com base nos trabalhos realizados, pela viabilidade do deferimento do processamento da Recuperação Judicial pleiteada pelas ora Recuperandas; e

vi) com base na documentação carreada aos autos, nos trabalhos apresentados quando da constatação prévia e com o preenchimento dos pressupostos legais para tanto, este d. Juízo deferiu a consolidação substancial das Requentes e o processamento da Recuperação Judicial, nomeando esta AJ para então atuar como administradora judicial (mov. 45.1).

Delineados estes marcos temporais e as distintas funções exercidas por esta Administradora Judicial em cada uma das etapas ocorridas no presente feito, requer esta AJ que seja desabilitada como "Perito", promovendo o cartório a destinação de **todas as intimações e publicações destinadas a esta Administradora Judicial sejam feitas em nome de seu representante legal e profissional responsável, MARCIO ROBERTO MARQUES**, advogado inscrito na OAB/PR sob o n.º 65.066, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, § 2º, do Código de Processo Civil.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



II – BREVE SÍNTESE DOS AUTOS

Não obstante este d. Juízo tenha exposto relatório pormenorizado de todo o trâmite processual (cf. decisão de mov. 226.1), esta Administradora Judicial entende por bem fazer uma breve retrospectiva das decisões e movimentações processuais relevantes para o presente petitório, a fim de contextualizar e delimitar sua manifestação, cumprindo, assim, integralmente com as determinações proferidas nestes autos e pendentes de cumprimento.

Através da decisão de mov. 45.1, este Juízo deferiu o processamento da presente Recuperação Judicial, nomeou esta AJ e, dentre outras determinações, vetou a possibilidade de serem retirados das Recuperandas quaisquer bens de capital essenciais à sua atividade empresarial (item f.2.3 e seguintes).

Os credores Banco Volvo (Brasil) S/A e Banco Volkswagen S.A. interpuseram recurso de Agravo de Instrumento¹ contra a decisão supramencionada, sendo que em cada um deles atribuídos efeito ativo, com o fim de se determinar a realização de *"diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários a manutenção da atividade empresarial, tudo pelo menos até o julgamento do recurso pelo Colegiado"* (movs. 133.2 e mov. 143.3, respectivamente).

Em cumprimento às decisões proferidas nos recursos acima citados, restou determinada a intimação desta AJ para a realização das diligências necessárias para tanto (cf. item 3, e, da decisão de mov. 176.1).

Constata-se ainda que, na data de 29/11/2023, as Recuperandas se manifestaram no feito requerendo a prorrogação do *stay period*

¹ Autuados sob n.º 0050476-21.2023.8.16.0000 e 0049524-42.2023.8.16.0000.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



(mov. 221.1), cujo pedido ainda não foi analisado, tendo em vista que o Juízo determinou que antes de sua decisão, deve esta AJ se manifestar a respeito (item 3, f, da decisão de mov. 226.1).

Devidamente intimada, esta Administradora Judicial passa a se manifestar nos termos que seguem.

III – DA MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

III.I – PANORAMA ACERCA DA ANÁLISE DA ESSENCIALIDADE DOS BENS

Conforme prevê o art. 52, III, da Lei 11.101/2005, as execuções dos credores fiduciários que se enquadram no art. 49, § 3º, da LREF não são suspensas durante o período de proteção (*stay period*). Contudo, a eventual demanda que tem como objetivo a retomada do bem dado em garantia pela parte devedora ficará suspensa quando o bem for enquadrado no conceito de bem essencial à atividade empresarial, conforme disciplinam os arts. 6º, §§ 4º e 7º-A c/c art. 49, §§ 3º e 4º, ambos da Lei 11.101/2005.²

A não permissão da venda ou retirada dos bens do estabelecimento do devedor durante o *stay period*, tem como foco principal privilegiar a função social da empresa, aplicando-se a regra até mesmo àqueles credores que são titulares de garantias fiduciárias.³

Em atenção às lições de Marcelo Barbosa Sacramone, oportuno ressaltar que, mesmo que as ações individuais propostas com intuito de retomada dos bens não sejam suspensas, a restituição da propriedade fica impossibilitada no caso do bem dado em garantia ser considerado essencial para a manutenção da atividade empresarial e for bem de capital. Isto porque, mesmo

² SCALZILLI, João Pedro. Recuperação de empresas e falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005/João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Almedina, 2023. p. 708-709.

³ COSTA, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 / Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, p. 147.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



nestas hipóteses, deve o Juízo Recuperacional ser oficiado para informar se o bem é essencial ou não, de modo a autorizar a apreensão na execução individual durante a vigência do *stay period*.⁴

Ademais, nos termos do entendimento sedimentado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, *"apesar de o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05)"*⁵.

Expostos os fundamentos jurídicos que norteiam a análise sobre a essencialidade dos bens que possibilitam a continuidade do exercício da atividade empresarial daquelas empresas em processo de soerguimento, a Administradora Judicial passa à manifestação sobre o caso concreto.

III.II – DA ESSENCIALIDADE DOS BENS EM POSSE DAS RECUPERANDAS PARA A CONTINUIDADE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Da análise dos autos, denota-se que a discussão sobre a essencialidade dos bens das Recuperandas não está restrita somente à análise deste Juízo, posto que fora levada também para a seara recursal, já que utilizados como garantias fiduciárias de negócios jurídicos firmados com algumas instituições financeiras, as quais também são credoras no presente processo de soerguimento.

Isto porque, irresignado com a decisão proferida ao mov. 45.1, o Credor Banco Volkswagen S.A. contra ela interpôs o recurso de Agravo de

⁴ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência / Marcelo Barbosa Sacramone. 4. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023, p. 235.

⁵ Resp 1.660.893/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe de 14/08/2017

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



Instrumento, autuado sob nº 0049524-42.2023.8.16.0000, o qual objetiva a reforma da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial. Subsidiariamente, pretende seja afastada a declaração da essencialidade dos bens que são de sua propriedade fiduciária.

Os autos recursais foram distribuídos à 17ª Câmara Cível deste E. TJPR, tendo como Relator o Desembargador Francisco Cardozo Oliveira que, na data de 02/08/2023, indeferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, contudo, atribuindo-lhe efeito ativo, nos seguintes termos:

4. Diante do exposto, **INDEFIRO** o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso mas atribuo efeito **ATIVO** ao recurso para **DETERMINAR** diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários a manutenção da atividade empresarial, tudo pelo menos até o julgamento do recurso pelo Colegiado⁶

Grifos no original

Igualmente irrisignado com a mesma decisão proferida por este Juízo Recuperacional, o Credor Banco Volvo (Brasil) S/A contra ela interpôs o recurso de Agravo de Instrumento, autuado sob nº 0050476-21.2023.8.16.0000, o qual também objetiva a reforma da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Alternativamente, pretende realizar a busca e apreensão do bem que garante o contrato firmado junto as Recuperandas, por entender que a essencialidade concreta não restou devidamente comprovada. Subsidiariamente, requer seja delimitado o período do *stay period*, a fim de que fique a sua prorrogação condicionada a ocorrer somente uma vez, possibilitando, assim, que ao término dela seja possível promover as ações autônomas para o recebimento dos créditos não sujeitos à Recuperação Judicial.

⁶ Trecho extraído da decisão de mov. 20.1 dos autos de Agravo de instrumento n.º 0049524-42.2023.8.16.0000.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



No mesmo sentido, referido recurso também foi distribuído à mesma Câmara Cível deste E. TJPR e tendo o mesmo Relator que, na data de 03/08/2023, indeferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, contudo, atribuindo-lhe efeito ativo, nos seguintes termos:

4. Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal para atribuir efeito **ATIVO** ao recurso para **DETERMINAR** diligências para a avaliação concreta da essencialidade do veículo FH 460 6X2T placas SDS-2C14 para a manutenção da atividade empresarial, tudo pelo menos até o julgamento do recurso pelo Colegiado.⁷

Grifos no original

As determinações proferidas na seara recursal foram comunicadas a este Juízo Recuperacional, o qual determinou a intimação desta AJ para promoção de diligências e consequente manifestação acerca da concreta essencialidade dos bens lá discutidos.

Deste modo, a fim de cumprir com as determinações proferidas por este d. Juízo na decisão de mov. 176.1, esta Administradora Judicial promoveu as diligências necessárias para averiguar a essencialidade dos bens de propriedade dos credores fiduciários que se insurgiram com os termos da decisão de mov. 45.1, uma vez que foram os únicos que se insurgiram, até o presente momento, com a declaração de essencialidade dos veículos que garantem os contratos por eles firmados com as Recuperandas.

Dito isto, tem-se que o Banco Volkswagen S.A. possui qualidade de Credor das Recuperandas em razão das quatro Cédulas de Crédito Bancário emitidas em seu favor, sendo todas garantidas por alienação fiduciária, quais sejam:

⁷ Trecho extraído da decisão de mov. 17.1 dos autos de Agravo de instrumento n.º 0050476-21.2023.8.16.0000.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



i) CCB n.º 48125856 garantida pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor branco-geada e chassi: 953698TK6PR019066;

ii) CCB n.º 48622671 garantida pelo seguinte bem: modelo Graneleiro 4E (c/Pneus), ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor preta e chassi: 9ADG1354NPM516459;

iii) CCB n.º 48691169 garantida pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Azul-Unique e chassi 953698TK7PT024146; e

iv) CCB n.º 48691207 garantida pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Cinza-Cosmos e chassi 953698TK5PR025148.

Muito embora nas manifestações de mov. 160 e mov. 197 não possibilitem a fácil e clara compreensão de quais são os veículos de propriedade fiduciária do Banco Volkswagen S.A., esta Administradora Judicial, a partir da numeração do chassi de cada um dos veículos acima detalhados, promoveu a identificação de suas respectivas placas.

A fim de que não recaiam dúvidas sobre as diligências empenhadas, partindo-se do que nos autos consta, a informação ora prestada pode ser facilmente comprovada através de rápida busca do detalhamento contido nos documentos juntados pelas Recuperandas aos movs. 1.15 e 1.16.

Deste modo, tem-se que as placas dos veículos alienados

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, n.º 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, n.º 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



fiduciariamente em favor do **Banco Volkswagen S.A.** são as seguintes:

- i) **Placa SDT-9B86:** referente à CCB n.º 48125856;
- ii) **Placa SEC-0G73:** referente à CCB n.º 48622671;
- iii) **Placa SEB-8J84:** referente à CCB n.º 48691169; e
- iv) **Placa SEC-5E74:** referente à CCB n.º 48691207.

Realizado estes esclarecimentos necessários, em análise não somente aos documentos constantes nos autos, mas também àqueles fornecidos pelas Recuperandas nas diligências empenhadas, constatou-se o delineado *infra*.

- **Veículo de placa SDT-9B86** (marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor branco-geada e chassi: 953698TK6PR019066), documentos colacionados aos movs. 197.53 a 197.64, **garantia da CCB n.º 48125856**:

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade com a empresa Roglio e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação na BR 116, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.

As fotos do veículo, bem como a tela do sistema de rastreamento utilizado pela empresa para a qual se presta o serviço de transporte estão anexadas à presente manifestação.

- **Carga Semirreboque de placa SEC-0G73** (modelo Graneleiro 4E (c/Pneus), ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor preta e chassi:

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, n.º 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, n.º 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



9ADG1354NPM516459), documentos colacionados aos movs. 197.5, 197.6 e 197.76,
garantia da CCB n.º 48622671:

Foi informado pelas Recuperandas que este Semirreboque está atrelado ao Veículo de placa SEB-8J84, cuja propriedade fiduciária também é do Banco Volkswagen S.A., e sobre o qual esta AJ passará a discorrer no tópico seguinte. A foto do bem está anexada à presente manifestação.

- **Veículo de placa SEB-8J84** (marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Azul-Unique e chassi 953698TK7PT024146), documentos juntados aos movs. 197.2, 197.3, 197.5, 197.6, 197.153, 197.156, 197.160, 197.164, 197.166, 197.167, 197.169, 197.170, 197.171, 197.173 e 197.176 a 197.179, **garantia da CCB n.º 48691169:**

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação no Distrito Industrial II, no Município de Araraquara, no Estado de São Paulo.

As fotos do veículo, bem como a tela do sistema de rastreamento utilizado pelas Recuperandas estão anexadas à presente manifestação.

Oportuno salientar que, conforme descrito no tópico anterior, este veículo, de acordo com as informações das Recuperandas, é o "cavalo mecânico" ao qual está atrelado o Semirreboque de placa SEC0G73.

- **Veículo de placa SEC-5E74** (marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Cinza-Cosmos e chassi 953698TK5PR025148), documentos juntados aos movs. 197.132, 197.133, 197.143 a 197.152, **garantia da CCB n.º 48691207:**

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação no Município de Santarém, no Estado do Pará.

As fotos do veículo, bem como a tela do sistema de rastreamento utilizado pelas Recuperandas estão anexadas à presente manifestação.

Nada obstante, esta Administradora Judicial passa à análise do veículo do **Credor Banco Volvo (Brasil) S/A.**

- **Veículo de placa SDS-2C14** (caminhão FH 460 6x2 da marca Volvo, ano/modelo 2022/2022), documentos juntados aos movs. 197.8 a 197.24, garantia da CCB n.º 870635:

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade com a empresa Roglio e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Conforme pôde-se constatar por esta Administradora Judicial, e para que se faça demonstrado ao Ilmo. Magistrado e Desembargadores, seguem anexos fotos compiladas e localização dos bens elencados alhures.

Posto isto, das diligências realizadas por esta Administradora Judicial, assim como em estrita observância a cada um dos documentos anexados pelas Recuperandas aos autos, constata-se que elas lograram êxito em comprovar a essencialidade dos bens gravados com cláusula de garantia fiduciária em favor dos Credores que os reclamam, uma vez que todos eles estão em circulação, não somente cumprindo com a finalidade para a qual foram adquiridos, mas também com a atividade econômica desempenhada pelas

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



Recuperandas, qual seja “transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional”.

Ademais, não resta margem para dúvidas de que sendo a atividade empresarial fim das Recuperandas pautada no transporte de cargas por via terrestre, a retirada dos caminhões em análise **inviabilizará a continuidade dos contratos de prestação de serviços** e, sobretudo, seu processo de soerguimento.

Desta forma, caso haja a retirada da posse das Recuperandas dos veículos em pauta, por consequência lógica, sua atividade empresarial – transporte rodoviário –, será paralisada, mesmo que parcialmente, afetando intrínseca e gravemente seu faturamento.

Deve recair, portanto, a ressalva prevista no § 3º, do art. 49, da Lei 11.101/2005:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

[...]

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, **não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.**

Neste sentido, é a jurisprudência consolidada do C. STJ:

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BEM ESSENCIAL ÀS ATIVIDADES DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE DE REMOÇÃO.** ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "O prazo de suspensão das ações e execuções poderá ser ampliado para garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade na posse da recuperanda" (AgInt no AREsp 1.087.323/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/2020, DJe de 26/03/2020).
2. "Apesar de o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05)" (REsp 1.660.893/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe de 14/08/2017).
3. Agravo interno a que se nega provimento.⁸

Grifos nossos

No mesmo sentido, é o entendimento deste E. Tribunal de Justiça. Confira-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BENS ESSENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE APREENSÃO DURANTE O STAY PERIOD.** CAMINHÕES QUE SÃO ABSTRAIMENTE ESSENCIAIS PARA A ATIVIDADE DE TRANSPORTADORA. **VEÍCULOS ATUALMENTE EM POSSE DA RECUPERANDA. ESSENCIALIDADE CONCRETA PRESUMIDA EM RAZÃO DA ATUALIDADE NO EMPREGO DOS CAMINHÕES.** EM RELAÇÃO A CAMINHÕES APREENSOS HÁ CERCA DE 1 ANO. AUSÊNCIA DE ESSENCIALIDADE CONCRETA. NÃO HÁ ATUALIDADE NO EMPREGO DOS VEÍCULOS E NÃO HÁ

⁸ AgInt no AREsp 1732379/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2021, DJe 13/04/2021.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



NOTÍCIA DE QUE A APREENSÃO TENHA CONCRETAMENTE ABALADO A ATIVIDADE DA RECUPERANDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, MAS TÃO SOMENTE PARA OBSTAR A RESTITUIÇÃO DOS CAMINHÕES APREENSOS HÁ CERCA DE 01 ANO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA QUANTO À SUSPENSÃO DA ORDEM DE BUSCA E APREENSÃO DOS DEMAIS CAMINHÕES.

1. Em relação à competência, a decisão sobre a essencialidade dos bens foi proferida nos próprios autos de origem (distribuídos por sorteio justamente à 2ª Vara Cível de Arapongas – Mov. 5.1) pelo juízo universal (Mov. 66.1), uma vez que, por não ser a parte autora, ora agravante, habilitada nos autos de recuperação judicial, entendeu o magistrado ser preferível para fins de garantia do contraditório e ampla defesa sua prolação nestes autos de busca e apreensão (Mov. 59.1), o que revela-se legítimo porque, de qualquer modo, a decisão sobre a essencialidade é de competência do juízo da 2ª Vara Cível de Arapongas. Assim, nos termos do que dispõe o art. 6º, § 7º-A, da lei n. 11.101/05, e por estarem os autos originários, de toda forma, apensados aos autos de recuperação judicial, inafastável a competência deste órgão colegiado e a prevenção deste relator para os feitos vinculados ao procedimento concursal, ratificando-se o que já havia sido delineado na decisão de Mov. 9.1.

2. A ordem de busca e apreensão foi parcialmente cumprida, com a apreensão de 02 (dois) dos 06 (seis) veículos (caminhões), conforme narrado pela própria parte agravante no Mov. 64.1, de forma que a análise da pretensão recursal deve ser feita sobre duas situações distintas: a primeira sobre os veículos não apreendidos e a segunda sobre os veículos já apreendidos.

3. Em relação aos 04 (quatro) veículos que continuam com a recuperanda, inconteste a essencialidade concreta dos bens para o exercício de sua atividade, uma vez que a essencialidade abstrata dos caminhões para a transportadora se soma à atualidade no emprego dos veículos para o desenvolvimento de suas atividades, sendo presumida, portanto, sua imprescindibilidade para o soerguimento da recuperanda, revelando que a apreensão dos referidos bens pela agravante poderia impactar diretamente no processo de recuperação judicial.

4. De toda sorte, quanto à ordem de restituição dos 02 (dois) veículos já apreendidos, não se vislumbra a essencialidade concreta dos referidos bens para o

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



desenvolvimento da atividade desenvolvida pela recuperanda. Ainda que, em abstrato, os veículos de transporte apreendidos sejam essenciais para a atividade desenvolvida pela recuperanda, uma vez que vinculados ao desenvolvimento do próprio objeto social (transporte de mercadorias), é importante assinalar que, concretamente, por já ter transcorrido quase 1 (um) ano desde a apreensão dos dois veículos, somado à ausência de notícia de abalo relevante na operação da recuperanda em razão da inutilização dos referidos bens, não é possível vislumbrar sua essencialidade específica para a Transportadora Rota Rápida Ltda.

5. Assim sendo, há que se dar parcial provimento ao recurso de agravo de instrumento, mas tão somente para se afastar a essencialidade concreta dos 02 (dois) caminhões já apreendidos há cerca de 1 (um) ano, não havendo razões, portanto, para que seja determinada sua devolução pela parte agravante. **Em relação à manutenção com a recuperanda dos 04 (quatro) caminhões que não haviam sido apreendidos, escorreita a decisão do juízo singular.**⁹

Grifos nossos

Em virtude de todo o exposto, o entendimento desta Administradora Judicial é de que **os caminhões de propriedade fiduciária dos Credores Banco Volkswagen S.A. e Banco Volvo (Brasil) S/A são essenciais para a continuidade da atividade empresarial das Recuperandas, devendo a posse dos referidos bens permanecerem em seu poder, tal como já ponderado por este d. Juízo na decisão de mov. 45.1.**

III.III – DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO STAY PERIOD

Da análise do que nos autos consta, verifica-se que as Recuperandas pleitearam a prorrogação do *stay period* por mais 180 (cento e oitenta) dias, conforme autoriza o § 4º, do art. 6º, da Lei 11.101/2005 (mov. 221.1).

⁹ TJ-PR - AI: 00292555020218160000 Araçongas 0029255-50.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Marcelo Gobbo Dalla Dea, Data de Julgamento: 04/10/2021, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 04/10/2021.

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



Denota-se da decisão de mov. 45.,1, que este d. Juízo deferiu o processamento da presente Recuperação Judicial na data de 11/07/2023, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005.

Deste modo, tem-se que o prazo do stay period continua vigente, se encerrando somente em **07/01/2024**. Acerca da possibilidade da prorrogação de referido prazo, verifica-se que até o presente momento, não se identificou qualquer ato protelatório praticado pelas Recuperandas, motivo pelo qual esta Administradora Judicial entende pela possibilidade de deferimento do pleito por elas formulado.

Isto porque as Recuperandas têm apresentado tempestivamente as documentações contábeis tempestivamente, contribuindo, inclusive, com a apresentação dos Relatórios Mensais de Atividades pela AJ, promoveram a apresentação do Plano de Recuperação Judicial e os demais cumprimentos das diligências e prazos oriundos do presente feito recuperacional.

Ademais, restando escoado o prazo para Objeções ao PRJ, vislumbra-se que nos autos ainda pendem decisões importantes, tal como exposto por este d. Juízo na decisão de mov. 226.1, até que o feito esteja apto à convocação da Assembleia Geral de Credores, razão pela qual não se vislumbra prejuízo na prorrogação requerida.

Neste diapasão, diante do permissivo legal previsto pelo art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 e em apreço ao princípio da preservação da empresa positivada pelo art. 47 da mesma legislação, considerando que não foram identificados quaisquer atos de procrastinação por parte das Recuperandas que tenham concorrido para a superação do lapso temporal, **esta Administradora Judicial não se opõe a dilação do stay period previsto pelo art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005 pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.**

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br



Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o processo.

Curitiba/PR, 11 de dezembro de 2023.

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Representante: **MARCIO ROBERTO MARQUES**

OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000



Escaneie o QR Code
ou acesse
www.marquesadmjudicial.com.br

